

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

LUCENA, Zenildo Zoroastro de. Depoimento. In:
MILITARES e política na Nova República/ Organizadores
Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed.
Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 203-225.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=39

ZENILDO ZOROASTRO DE LUCENA

NASCEU EM 1930 em São Bento do Una (PE). Coursou a Academia Militar das Agulhas Negras entre 1948 e 1950 e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1962 e 1964. De agosto de 1968 a janeiro de 1971, serviu na missão militar brasileira no Paraguai. De volta ao Brasil, foi instrutor da Eceme e, em 1974, cursou a Escola Superior de Guerra. Em 1975, assumiu o comando do 2º Regimento de Cavalaria de Guardas, no Rio de Janeiro e, em 1977, serviu no gabinete do ministro Sílvio Frota, em Brasília, como chefe da assessoria de pessoal. Do final de 1977 a 1978, comandou a Escola Preparatória de Cadetes em Campinas. Voltou em seguida para o gabinete do ministro do Exército, general Walter Pires, onde ficou até março de 1983, quando foi promovido a general-de-brigada. Retornou a Campinas como comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada. Em 1985/86, comandou a Eceme e, em 1987, foi chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo. Voltou ao Rio em 1988, para assumir a Diretoria de Ensino de Formação e Aperfeiçoamento. No ano seguinte, foi para o Estado-Maior do Exército. Promovido a general-de-exército em março de 1992, ocupou ainda o Comando Militar do Leste por cerca de dois meses, antes de ser convidado pelo presidente Itamar Franco para ser ministro do Exército. Permaneceu no ministério também durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, em seguida, nomeado conselheiro da Petrobras.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em cinco sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 10 de março e 12 de maio de 1999.

Em 1984, o sr. estava em Campinas comandando a brigada. Como era visto o movimento das Diretas Já e a perspectiva de Tancredo vencer no Colégio Eleitoral?

Sempre houve preocupação, em certos setores do Exército, quanto ao revanchismo. Mas no seio da minha brigada não tive problema nenhum nos dois anos em que a comandeí. Havia aquelas conversas, preocupações, mas nada de grave chegava a mim. Só essas preocupações com o processo de abertura, a subida de indivíduos radicais. Ainda existem indivíduos assim, cada vez menos. E cresce nossa credibilidade no seio da população. Acho que uma das coisas importantes é esse trabalho que fazemos junto ao povo. Apesar de certos órgãos, certos indivíduos da imprensa, freqüentemente terem prazer em denegrir a nossa imagem, ela cada vez cresce mais. Nós fizemos algumas pesquisas de opinião via Ibope e vimos que o povo gosta, acredita no Exército como instituição.

O general Leonidas foi escolhido como ministro do Exército por Tancredo e permaneceu com Sarney. Os generais o viam como alguém que iria defender firmemente o Exército?

Sem dúvida. Ele foi o meu chefe imediato. Não vou dizer que seja pleno de qualidades, tem alguns defeitos, como todos nós. Um dos maiores é a vaidade. Agora, é um homem que defendeu sempre a instituição, e creio que foi de uma utilidade e felicidade incriveis. Alguém mais tímido, que não tivesse esses defeitos, não teria obtido os êxitos que ele obteve. Ele não permitiu que ocorresse com o Exército o que ocorreu com alguns vizinhos nossos. Acredito que ele tenha visto que o Exército não poderia ser responsabilizado, como já tive a oportunidade de dizer, por atos de alguns dos seus componentes.

O sr. acha que o general Leonidas impediu que os militares fossem alvo de revanchismos?

Ele compreendeu e deu uma contribuição efetiva. Estávamos num processo de deterioração muito grande do ponto de vista não só material dos quartéis, mas na própria auto-estima dos militares. Então, penso que o general Leonidas, apoiado decisivamente pelo presidente Sarney, teve um papel importante nesse processo de pacificação, evitando que tivéssemos essas situações de desmoralização que não conduzem a nada.

Hoje na instituição não há mais ninguém que tenha participado daqueles tempos de combate. O Gleuber, o mais antigo hoje, era tenente na época, capitão talvez. Então, não podemos sacrificar uma instituição que

é tão importante, que tem tantos serviços prestados ao país, por um problema de alguns, talvez um número não muito grande em relação aos efetivos que temos. Então, para mim, isso foi um trabalho importante do general Leonidas, apoiado pelo presidente Sarney.

O sr. ficou dois anos, 1985 e 1986, como comandante da Eceme. Esse período foi tranquilo?

Tenho um anjo da guarda muito bom. Foi tranqüilíssimo, começamos as mudanças na Eceme. Vou falar de mim, fico meio encabulado, mas fizemos uma boa mudança. Começamos a criar o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração. É um curso que tem algo a mais, que não fica só no campo operacional.

O sr. passou um total de 11 anos na Eceme, como aluno, instrutor e comandante.

Participei, como major ainda, das mudanças na estrutura do Exército. No início dos anos 1970, final dos anos 1960, quando voltei do Paraguai, fui ser instrutor na escola. Tínhamos uma organização no Exército que não coincidia com aquela que estudávamos. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais estava mais voltada para a organização real, e a Escola de Estado-Maior, diziam, era um laboratório. Nós estudávamos até divisão pentômica — na época era moda — por causa do problema da guerra nuclear. E tínhamos uma divisão pesadíssima com apenas uma grande unidade, que era o Grupamento de Unidade Escola, fruto do acordo militar Brasil-Estados Unidos.

Os anos 1970 foram importantes porque demos uma organização ao Exército, no plano operacional, mais condizente com a realidade brasileira. Organizamos brigadas mais leves, e a Eceme começou a fazer estudos, organizando as brigadas de cavalaria, infantaria. Houve o início, vamos dizer, da mecanização, embora com um material muito antigo — uma figura muito importante nisso foi o general Reinaldo Melo de Almeida, filho do José Américo. Adquirimos um material que era de terceira ou quarta linha, mas foi um salto tecnológico de qualidade.

No comando da Eceme, continuamos reestruturando o ensino. Fiz uma campanha, ao longo da minha vida, de combate à sisudez. Acho que muitos, não digo todos, dos chefes antigos, talvez por uma herança francesa, impunham-se pela sisudez. Havia aquela idéia de que o chefe tinha que ficar distante, não chegar próximo dos seus comandados. Então, acho que influí bastante na Eceme, nessas mudanças para o sujeito não ficar no gabinete fechado, conviver mais com os oficiais, ouvir mais. Isso é

mais importante ainda do que uma mudança estrutural. É uma mudança de mentalidade.

O sr. comandava a principal escola da elite do Exército durante o governo Sarney. O sr. se preocupava em mudar o enfoque dos militares em relação à política?

Sem nenhuma dúvida. Tenho a impressão de que contribuímos bastante para diminuir essa influência. É muito difícil vencer em poucos anos. Como já falei, a primeira medida mais importante foi a do governo Castelo Branco, com os 12 anos do generalato. A limitação na permanência evitou a formação daqueles blocos que havia em volta de determinado general, que poderia ser ministro e que depois voltava para comandar uma unidade. É importantíssimo que o ministro não mais volte aos quartéis, e nós procuramos agora, na criação do Ministério da Defesa, fazer com que aqueles que comandem a força, automaticamente, no momento da nomeação, sejam transferidos para a reserva, para, fazendo uma comparação, não criarem aqueles grupos que existem em algumas polícias militares.

Foi um momento também difícil, porque dentro da Eceme havia muitos jovens maiores que haviam participado diretamente do combate à guerrilha. A formação na Aman, contra a guerrilha, fora grande. Tivemos lá a Siesp, Seção de Instrução Especial, e esses jovens maiores, na época, tiveram essa formação.

A impressão que temos às vezes é de que o oficial que está hoje na Eceme é ainda muito cético em relação às possibilidades de um governo representativo. É comum ouvir entre eles: “O problema do Brasil são os políticos. Fecha o Congresso que resolve tudo”.

Fechar Congresso talvez não, mas acredito que exista essa descrença para a maioria dos brasileiros. Não é só nossa.

Mas não é mais predominante entre os militares?

Pode ser, porque nós nos preocupamos mais, nós estudamos os problemas brasileiros, principalmente nesses cursos mais elevados que fazemos. Estudamos desde os concursos de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior. Então, esse ceticismo pode ser até um pouquinho mais agravado. Tenho quase certeza de que ninguém acredita mais que os governos autoritários são a solução para o país. Acredito que se melhore, que se aperfeiçoe o processo político com as mudanças que se quer. Para

você ver, morei em Campinas muitos anos, tenho uma filha lá. Campinas talvez seja uma das cidades do país com nível cultural mais elevado. Agora, veja a representação política: o homem de bem, o “homem de mil”, como diz a Bíblia, normalmente não quer se expor à politicagem local. Então precisávamos aperfeiçoar um pouco esse sistema.

As Forças Armadas brasileiras têm um nível de aprovação popular maior que o do Congresso e o do Judiciário. Mas o fato de as Forças Armadas serem mais apreciadas talvez resulte de elas serem menos transparentes. Talvez se confunda aprovação com desconhecimento; quanto mais transparente é uma instituição, maior a possibilidade de ela ser criticada.

Nosso trabalho é feito junto às populações e é aí que vocês se equivocam. Nós trabalhamos junto ao povo, à massa, e não junto às elites. Qualquer coisa que fazemos, a imprensa não perdoa. E nós somos, talvez, responsáveis por isso. As pessoas esperam de nós muito mais do que aquilo que somos. Porque somos o retrato do povo brasileiro. São 200 mil homens no Exército que retratam o país. Temos de tudo. Não defendo o militar simplesmente porque é militar, *a priori*: se o major tal foi preso, se o tenente teve um problema na polícia rodoviária, não vou defender *a priori*. Nós vamos apurar. Agora, trabalhamos junto ao povo. Talvez sejamos desconhecidos nos grandes centros, principalmente do Sudeste. Mas no interior do país, ajudamos em tudo, trabalhamos na Amazônia em todos os setores, trabalhamos no Nordeste, nos batalhões. Acho que é um equívoco dizer o que vocês disseram. Claro que o Congresso fica muito mais visível, está sempre mais exposto. Mas nós também estamos expostos às críticas — talvez muito mais do que os congressistas, de quem já não se espera, por esse conceito, muita coisa. E de nós espera-se muito, pois criamos essa imagem de que devemos ser corretos — juramos tanta coisa. Esse é meu modo de ver.

Em relação à Eceme e às escolas superiores, houve uma decisão das Forças Armadas no sentido de preparar a elite militar para conviver com a democracia?

Sem dúvida. Não sei se houve nos ministérios anteriores, mas sempre trabalhei nesse sentido. Não quero ser o herói, mas fiz coisas, talvez pela sorte de estar em alguns lugares onde pudesse influir. Acho que, se não explicitamente, pelo menos implicitamente o general Leonidas também se preocupou com isso. Servi no gabinete do ministro Walter Pires, fui subchefe do gabinete um tempo e vi que o general Walter Pires era totalmente favorável à abertura e era de uma fidelidade muito grande ao

presidente Figueiredo. Também, como amigo dele, acho que não acreditava em regimes fortes.

O sr. estava em São Paulo, na chefia do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, na época da Assembléia Nacional Constituinte. Como o sr. acompanhou os trabalhos da Constituinte? Sentia preocupação?

Eu estava mais preocupado com o exercício do meu cargo e julgava que estávamos bem nas mãos do general Leonidas, que tem vocação natural para o diálogo, para conversar com os políticos. Ele fez uma boa amizade com o Fernando Henrique e outros senadores, como o Saturnino. O que eu acompanhava a distância era isso, não tinha interferência. Estava voltado para atividades profissionais, pois estávamos em uma situação muito ruim em termos de equipamentos. De vez em quando, você tem que criar uns estímulos, e essa foi uma das falhas do general Leonidas, que não dava muita importância para as atividades de apoio à família: fechou colégios militares, não deu importância aos hospitais.

O sr. acha que ele quis ser candidato à presidência da República?

Acho que não. Ele, como já disse, é muito vaidoso. Gosto dele, fico até sem jeito, mas tenho que dizer verdades. Vou contar um fato. Quando assumi o ministério, um amigo meu, o Coutinho, que era o homem da Secretaria de Economia e Finanças e depois foi ministro do Tribunal Militar, era quem cuidava dos recursos de nosso fundo. Fundo pequeno, não é igual ao Fundo Naval. Amigo, colega de Eceme, embora mais antigo que eu, ele me aconselhou: “Se fosse você, eu pegava esse fundo e ia guardando, reunindo, para fazer uma grande obra”. Eu lhe disse, bem na intimidade: “Mas eu não vou fazer isso, não”. Quando servia em São Paulo, o Montoro era o governador, e embora eu não fosse amigo dele, nem simpatizante, gostava de umas placas do governo dele que diziam: “A minha grande obra será a soma de pequenas obras” — creio que fosse alguma coisa para contrabater o Quércia. Na gestão do Leonidas, esses recursos do Exército foram, do nosso ponto de vista, concentrados em algumas obras faraônicas que eu chamava de “a cultura da placa de bronze”. Nunca tive a preocupação de marcar minha passagem por placas, sempre fui contrário a isso. Uma das coisas que procurei fazer na Eceme foi melhorar as instalações, e não inaugurar novas.

O sr. acha que o general Leonidas concentrou-se nisso?

Acredito que sim, não pela ambição de ser presidente, mas por aquela vaidade de deixar suas posições marcadas. Se você conversar com o

general Figueiredo, vai ver que ele diz que o Leonidas, ao invés de melhorar o HCE, o Hospital Central do Exército, construiu o estande de tiro; ao invés de melhorar não sei o quê, construiu um enorme auditório. E outro equívoco nessa administração foi que o efetivo seria aumentado. Então, hoje temos uma capacidade ociosa na Aman.

O general Leonidas não é querido pelo Exército, por ter atuado muito no sentido de evitar revanche?

Mas ninguém gosta, justamente por essa arrogância, por essa indelicadeza. Ele era capaz de chegar para você e dizer: “Te arruma”. Falava na frente de todo mundo. A gente tem que ver que, com o tipo brasileiro, tem que se ir devagar, as coisas não podem ser assim. Ele é até um pouquinho preconceituoso com nordestinos, com certas minorias. E o Exército é uma instituição democrática. Ele tolera, claro, mas todo o mundo sabe desses seus pensamentos dentro da instituição. Eu nunca temi um comando paralelo dele, embora tenha feito algumas tentativas. Eu tinha um pouquinho de intimidade com ele.

Ele fez tentativas de quê?

De exercer uma liderança sobre o Exército no princípio da minha administração como ministro. Talvez até porque fui subordinado dele. Até por gentileza, eu o consultava em algumas coisas. Por exemplo, ele fechou os colégios militares. Eu, além de reabri-los, criei outros. Mas tive a gentileza de ir à casa dele explicar as razões e como ia fazer de modo a não onerar muito. Acho que o Colégio Militar é importante, e não só para nós. E, para a imagem do Exército, precisamos ter algumas referências desse tipo.

O general Leonidas também sofria certa gozação de colegas porque levou “surra” do Lamarca no Vale da Ribeira.

Essa história eu não conheço, sinceramente. Mas dizem que ele temia até não ser promovido a general. Mas isso aí, também, há os detratores, aqueles que não gostam dele.

O sr. estava na vice-chefia do Estado-Maior do Exército no início do governo Collor.

Uma fase horrorosa. Havia alguns ministros terríveis, como o João Santana e a Zélia.

O chefe do EME, o general Antônio Joaquim Soares Moreira, trabalhou muitos anos no SNI, tinha uma experiência grande na área de informações. Nessa época, o CIE acompanhava o que acontecia? Era praticamente o único órgão de informações que havia restado, após o fim do SNI.

O CIE ainda era grande. Nós, lá no Estado-Maior, estávamos começando a querer reorientá-lo, mas havia uma certa reação do chefe por causa da subordinação do CIE ao ministro. Foi aí que nós o vinculamos ao Estado-Maior, e acho que a intenção era clara: o principal usuário do sistema devia ser o ministro, mas tinha que haver o vínculo ao Estado-Maior.

Nessa época, governo Collor, o CIE ainda tinha grande autonomia?

Não, o pessoal já estava se contendo. Aliás, o meu chefe de gabinete foi o general Tamoio Pereira das Neves, que depois serviu no governo Fernando Henrique. O Tamoio, nessa época, foi chefe do CIE. E já estava começando a mudar as coisas.

E qual foi a postura do general Mendes, quando estava no CIE?

Mendes foi o que ainda reagiu um pouco, quando eu era vice-chefe do Estado-Maior. Hoje mora em Belo Horizonte, é uma boa figura. Acho que saiu muito cedo do Exército, porque fisicamente estava muito bem. Mas a compulsória o atingiu.

Quando o sr. fala que ele reagia, era em que sentido? Ele tinha vontade de ter um acompanhamento do campo interno, da política?

Não, a reação era muito mais de subordinação. Lá dentro havia muita gente do passado, do tempo que se fazia “acompanhamento do campo religioso” etc. Eu quero lá saber o que o bispo está fazendo? Não tem, não havia interesse. Esse período do governo Collor foi muito ruim. Nós nos sentíamos lá embaixo. Eu acho que o grande papel negativo do governo Collor em relação às Forças Armadas foi deixá-las no nível mais baixo do nosso moral, da nossa auto-estima.

O Agenor foi uma figura importante porque diminuiu muito esses impactos. Gosto muito dele. É uma figura humana incrível. Acho que serviu para amaciar muita coisa, para o impacto não chegar tão forte ao Tinoco. O grande presidente, o que começou a nos ajudar a levantar, foi o Itamar. O presidente Itamar foi um chefe excelente, pois sentiu a importância de reerguer a instituição.

Havia incômodo em relação à atuação do presidente Collor, mesmo antes da questão do impeachment?

Sim. Logo na assunção, com a conduta da Zélia, por exemplo, no relacionamento com alguns dos nossos; na extinção de determinados órgãos; por ter entregue tanto poder àqueles jovens absolutamente inexperientes, como o chefe da SAE — que era até filho de um coronel, o chamado PP, Pedro Paulo Leoni Ramos.

O sr. falou do relacionamento da Zélia “com alguns dos nossos”...

Quando ela passava no aeroporto militar, por exemplo, não cumprimentava ninguém. E essas coisas começaram a ser difundidas. Votei nos dois turnos no Collor. Acho que todos o queríamos. Achávamos que fosse um jovem que revolucionaria o país.

Quando começou a série de denúncias, muita gente achava que era campanha da esquerda.

O Tinoco acreditou que fosse má intenção contra o presidente. Eu seria, vamos dizer, a principal vítima, porque era o comandante aqui do Leste nessa época. Fiquei naquele dia escutando os votos do *impeachment*, voto a voto, e pensava: se não houver o *impeachment*, pode haver uma conflagração. E eu, por uma questão de cumprimento do dever, tenho que defender o presidente, embora não acreditando nele. Aí, lá pelas tantas, lembro que alguém ligou para mim: “Não, não te preocupa, porque já está ganho”. Era um deputado amigo meu. Eu estava preocupado mesmo, porque era uma responsabilidade enorme, não sei como ia ficar o Exército, se a minha liderança seria suficiente para conter...

O general Tinoco era ministro do presidente Collor e acreditou nele.

Acreditou. Quem conhece o Tinoco, aquela figura, vamos dizer, humana, sabe que talvez, intimamente, ele não acreditasse. Mas ele procurou manter-se fiel. A única coisa que posso dizer sobre o *impeachment* foi meu receio de que não ocorresse, e eu ter que enfrentar uma turba.

Olhando para aquele período, a que o sr. atribui não ter havido uma ação militar, contra ou a favor?

O general Tinoco era um homem muito respeitado na força, por sua conduta passada, por sua maneira de ser. E mais, acredito também que, além da presença do Tinoco, do chefe, havia a profissionalização das Forças Armadas. Eu estava vendo um livro de vocês, chamado *A volta aos*

quartéis.²⁷ Mas nós nunca saímos dos quartéis. O Exército, como instituição, não teve participação efetiva na revolução em si, no período revolucionário. Nunca foi chamado a opinar sobre política econômica, social. Nós nunca saímos dos quartéis: apoiávamos governos legalmente constituídos, repito isso sempre. Acredito que a existência de chefes militares, vamos dizer, *entourages* e grupos, tinha acabado desde Castelo Branco. No Exército, hoje, não há mais possibilidade daquelas lideranças paralelas, fora da instituição. Somente os chefes legalmente constituídos é que comandam, lideram. Eu agora, por exemplo, já não tenho mais aquela liderança que tive até quatro meses atrás. Tenho bons amigos militares, talvez goze de alguma simpatia, mas não tenho nenhuma liderança sobre a instituição, que está nas mãos de quem é hoje o ministro. Acredito que tudo isso tenha contribuído para a não-ingerência nos aspectos políticos. Por isso a minha preocupação na ocasião do *impeachment*, porque eu teria que defender um governo, embora pessoalmente não acreditasse nem simpatizasse com ele.

Foi a primeira grande crise da República em que os militares não se pronunciaram. O que de novo estava acontecendo?

É o óbvio. Depois de tantas interferências na política, era preciso que nós encaminhássemos o Exército para suas tarefas constitucionais, sem mais ingerências na política partidária no país.

Isso era uma coisa consciente, clara, para os militares da sua geração naquele momento?

Reafirmo que isso foi mais uma prova de que estávamos nesse caminho de não-intervenção na vida política, embora ainda existam pequenos núcleos, particularmente dos velhos chefes, que defendem essa idéia de que devemos ter uma participação mais ativa. Fomos procurando neutralizar aqueles grupos de oficiais da reserva: Guararapes, Inconfidência, alguma coisa no Clube Militar, em determinado momento.

Historicamente, os civis sempre procuraram muito os quartéis nos momentos de crise — o que o Castelo Branco chamava de “as vivandeiras”. Nesse momento da crise do impeachment, não havia políticos conversando com os senhores, assuntando?

Aqui no Comando Militar do Leste, nunca recebi nenhum político com esse propósito. Tenho até um amigo, que prezo, que é até um dos

²⁷ D'Araujo, Soares & Castro, 1995b.

homens, vamos dizer, radicais, de direita: o ministro Armando Falcão. Ele nunca me procurou para isso. Pelo contrário, sempre manteve distância e tenho uma boa amizade com ele desde o tempo em que foi ministro da Justiça. Nunca fui procurado, sinceramente. Não sei também se não me julgavam com prestígio suficiente.

E o seu convite para o ministério?

Eu estava no comando e fui almoçar em casa nesse dia. À hora do almoço, recebi uma ligação do presidente Itamar, através de um coronel, o Djalma Moraes, que hoje [1999] é presidente da Cemig e que sempre fora ligado ao presidente Itamar desde a prefeitura de Juiz de Fora. Eu não conhecia direito o presidente Itamar, conhecia-o ligeiramente, quando servi em Juiz de Fora e ele era um dos secretários da prefeitura. Segundo o Djalma, ele olhou o *Almanaque do Exército* e os currículos e viu lá umas boas classificações que tive ao longo da carreira, nas escolas. Eu era o segundo mais moderno. Atrás de mim só havia o general Leonel; todos os outros eram mais antigos. E ele me escolheu, e não ao Leonel, não sei por quê. O Leonel era da minha turma, meu colega. Itamar ficou preocupado, inicialmente, até com um parentesco meu, que é muito distante, com o senador Humberto Lucena, porque naquela época ele estava namorando a filha do Humberto. Vocês sabem as preocupações do Itamar, ele é um homem de uma simplicidade incrível.

O general Tinoco não havia falado para o sr.?

Não, isso é bem do presidente Itamar. Depois, durante o governo dele, tive várias dessas surpresas, pedidos de indicações. É um homem que nos prestigiou, que acreditou em nós. Sabe que temos uma boa formação, que periodicamente nos reciclamos, que estudamos os problemas brasileiros.

Quando o sr. assumiu o ministério, ele chegou a conversar sobre alguma diretriz?

Não sou daqueles que muda a posição da mesa logo que chega, embora conhecesse, mais ou menos, o Exército, pois fui vice-chefe do Estado-Maior durante quase três anos. Passei a vida toda no Exército, nunca saí dele e julguei que não devia dizer nada, nas 24 horas após assumir. Então, deixei passar um mês e fiz uma diretriz inicial, que é uma pequena análise da conjuntura, mais para encaminhar as ações que poderíamos realizar, apesar das dificuldades econômicas. Tínhamos que atribuir algumas prioridades, sem uniformizar o Exército, em termos de equipa-

mento etc. Mas alguém, na imprensa, divulgou a diretriz como se fosse uma crítica ao presidente. Foi de uma infelicidade incrível! Quem me defendeu, aliás, perante a imprensa, foi o meu amigo senador Antônio Carlos Magalhães. Foi logo depois do encerramento de um curso em Salvador — era a primeira vez que as mulheres saíam oficiais do Exército, no quadro complementar de oficiais. O senador Antônio Carlos era governador e usou o argumento: “Como é que o ministro, que nem ficou um mês, já está querendo fazer crítica ao presidente? Vocês não leram direito essa análise”. Mas, no primeiro momento, naquela noite, o presidente Itamar acreditou. No dia seguinte, isso já estava superado.

Ainda sobre sua nomeação, os jornais da época mencionam que o general Leonel era um candidato em princípio mais cotado do que o sr., pois seria o candidato do Leonidas, do Sarney, mas não seria o candidato do alto comando.

Acho que o Leonel era cotado porque tinha amizades, comandou no Paraná... Estou falando porque o Leonel é meu amigo, meu colega de turma e de apartamento. Ele era muito ligado ao José Richa. O Leonel era muito influente. Tinha sido chefe de Estado-Maior do Leonidas, chefe de gabinete. E o general Leonidas, com quem jantei ontem, por acaso, tinha o Leonel como seu candidato. E talvez por isso — eu digo “talvez” porque não sei o que estava na cabeça do presidente Itamar —, por essas influências ou pedidos, ele tenha preferido alguém que não tivesse pedido nada. Eu não tinha nenhum padrinho no meio político. Então, talvez tenha sido essa a razão.

Quando se nomeia um ministro militar, a escolha recai em três ou quatro nomes possíveis. No caso, eram Tinoco, o sr., Leonel e o general Moreira.

Quanto ao Tinoco, acho que foi descartado, *a priori*, porque parecia uma continuação, e não por suas qualidades, pois era excelente. Mas me parece que, quando o Tinoco comandou a 4ª DE em Minas, onde o Itamar era prefeito, deputado, não me lembro, houve um pequeno atrito entre eles. Quer dizer, ele não tinha uma boa impressão do Tinoco. Além disso, havia o fato de ter sido ministro do Collor, e o Itamar não queria manter ninguém desse governo. Tirou até o Flores e o pôs na SAE. Talvez essa seja uma das razões. No caso do Moreira, era o mais antigo, mas tinha uma longa carreira na área de informações — essas coisas também pegam. Ele foi comandante da EsNI, serviu muito tempo na Agência Central do SNI, no gabinete do general Medeiros. Então, talvez isso tenha atrapalhado, pois era o mais antigo, o mais fácil. Eu estou sempre no “talvez” porque não posso ter certeza.

Quando o sr. recebeu o ministério, o CIE ainda estava inteiro?

O Tamoio já tinha começado a reorientação. Meus chefes no CIE foram o Juraszek e em seguida o Cláudio Barbosa de Figueiredo, que hoje está na Momep, aquela missão de mediação Peru-Ecuador. Nós tentamos reorientar, eliminando as pessoas que estavam há muito tempo dentro do sistema. Eram remanescentes mais na base de idéias políticas e de pessoas.

Tinham a idéia de que se devia ainda acompanhar a política interna, por exemplo?

Sim, o sistema estava todo voltado para fazer o acompanhamento de atuação de determinados partidos radicais, sindicatos, movimento religioso. Havia uma vasta documentação, eram pastas enormes. Nós liquidamos o que não interessava. Muita coisa foi destruída, mas não aquilo que prejudicasse a memória. Havia muita bobagem. Você imagina que ficava um sujeito ali reunindo tudo sobre o movimento sindical.

O sr. depois criou a Escola de Inteligência do Exército, que se localiza dentro do CIE. Ela forma exclusivamente pessoal do Exército?

Nós ajudamos também outras instituições, como a Marinha e a Aeronáutica. Há também militares estrangeiros.

E os professores?

São os oficiais do próprio centro.

Os senhores têm intercâmbio com serviços de inteligência de outros exércitos?

Nós mantemos as chamadas bilaterais com todos os países fronteiriços, ou melhor, com todos os países da América do Sul, porque temos muitos problemas comuns, então há uma troca de idéias. Com esse intercâmbio, diminuímos muito os problemas que existiam nas fronteiras, aqueles pequenos atritos. Há um conhecimento maior e os problemas ficam mais fáceis de resolver. Por exemplo, nós tivemos problemas no passado com a Colômbia, com a Venezuela, até derrubadas de aeronaves na fronteira. Esses casos, hoje, são solucionados localmente e há troca de informações.

O sr. acha que há necessidade de ter órgãos de informações em cada força? Ou, por exemplo, o Ministério da Defesa poderia, no Estado-Maior, ou no próprio ministério, ter um núcleo centralizado?

Isso aí é algo que está sendo discutido. Tem que haver integração. Agora, esses órgãos devem ser mantidos. Esses órgãos alimentam muito o

governo, não na parte política, mas na parte de relacionamento externo, de acompanhamento.

Quantos oficiais o CIE tem?

Com a escola, deve ter no máximo uns 50 oficiais.

Havia escritórios em outras cidades?

Vocês já ouviram o general Coelho Neto, que era um radical e buscou criar escritórios do CIE paralelos aos comandos de área, o que gerou muito desagrado por parte dos comandantes. Isso durou até a administração do general Leonidas. Aí é que começamos a desmobilizar os escritórios, a reorientar o sistema de informações.

Isso não se chocava com a cadeia de comando tradicional?

Completamente. Era algo paralelo. Os escritórios não chegaram nem a ser totalmente equipados e mobiliados. Havia um escritório aqui, um em São Paulo e outro em Porto Alegre, se não me engano. Eles tinham pouca gente, mas tinham prestígio. Mandeí observar a cadeia de comando, usar o canal de comando naquilo que o comandante tinha que apreciar, tomar decisões e informar. Se não o comandante ficava marginalizado. Outra coisa que fizemos foi determinar que o canal de informações se restringisse àquilo que fosse de informações.

Para a chefia do CIE, depois do Tamoio, foi o Juraszeck, que depois veio a ser o meu chefe de gabinete. Depois, o Cláudio Barbosa de Figueiredo também. Pessoas que nunca tinham servido no sistema. O propósito era exatamente esse, reorientar o sistema de informações para aquelas atividades que interessassem diretamente à força. E havia também dentro do sistema o “consta que”, esse tipo de informação. O sistema tinha que atender às necessidades de todo o Exército, e não estar somente voltado para a parte política.

Durante o governo Itamar, quais eram seus principais problemas?

O grande problema eram os salários baixíssimos, desprestígio, falta de equipamento e de apoio à família — hospitais, clubes, círculos militares, guarnições pequenas, escolas, problemas nas transferências dos filhos, pois nem sempre se encontrava facilidade para matricular novamente o jovem em um novo ambiente, em novas escolas. E diziam que o Exército estava sucateado. Realmente, estava. Mas tinha-se que eleger algumas áreas porque os recursos eram poucos. O presidente Itamar foi

um homem muito sensível a isso. Faço elogios a ele porque, realmente, tem-se que fazer justiça. Como fiz com o presidente Sarney. Foi um homem que tinha sensibilidade para essas coisas. Já o Collor não teve. Então, tivemos que atacar.

A primeira coisa com que me preocupei foi a recuperação da nossa auto-estima. Foi uma preocupação que procurei transmitir ao soldado, mal uniformizado e equipado. Uma das primeiras coisas que fiz foi comprar equipamento, melhorar a apresentação. Nós importamos cerca de 200 mil equipamentos, baratos: cintos e acessórios para uniformes e coisas que melhoraram a aparência. Vê-se que o Exército não está feio, é um Exército bonito: a forma de trajar mudou, não se anda com aqueles andrajos, cintos desfiando etc. Fez-se também uma recuperação dos equipamentos nos parques, nos arsenais, uma coisa barata. Então, ao invés de comprar no mercado interno, onde havia uma espécie de cartel, procuramos comprar no exterior, pois havia essa possibilidade, diante da abertura econômica. Comecei também a apertar os hospitais. Um dia, uma sexta-feira, cheguei de Brasília e fui direto ao HCE. Eu não ia há muitos anos. Fiquei horrorizado. Nós mudamos isso. Aquele é o maior hospital que temos. Hoje ele é razoável, acho que é uma ilha de limpeza, de arrumação, de eficiência, nessa rede de hospitais públicos brasileiros. Fiz um esforço nessa área, como uma forma de compensar os baixos salários. E nós tínhamos um bom ministro-chefe do Emfa, que era o almirante Arnaldo, que foi, até há pouco, diretor de transportes da Petrobras. Era um homem sensível. O secretário da Fazenda do governador Covas, em São Paulo, foi também um grande aliado nessa luta para melhorar um pouco os nossos vencimentos.

A sensibilidade do presidente Itamar nos abriu a possibilidade de conseguirmos uma operação de crédito externo. O presidente Fernando Henrique também me ajudou, ainda como ministro da Fazenda e, depois, como presidente. Não é grande coisa quando a gente vê algumas despesas em determinados setores, mas creio que tenha dado ao Exército um empurrão. Tive, entretanto, que evitar — como se fez no passado — elevar no Exército, simultaneamente, todas as unidades, os 200 mil homens, ao mesmo nível de adestramento, de equipamento, de armamento. Nós procuramos satisfazer aquelas necessidades primárias de uniforme, equipamento, mas, no tocante ao armamento, elegemos o que chamamos de “ilhas de modernidade”. Essas “ilhas de modernidade” visavam não só a nos mantermos não muito distanciados do que se passa no mundo, mas também a estimular os jovens, oficiais, sargentos, que se formavam. E essas “ilhas” têm uma grande capacidade de multiplicação. Quando a

gente situa as unidades, por exemplo, o grupamento de unidades-escola, aqui no Rio, vê-se que têm um efeito multiplicador grande. Pensamos também na realidade brasileira, pois não podemos ser mais ricos do que o país a que servimos.

O sr. enfatizou que, além dessas ilhas de modernidade, o restante do Exército teria uma função prioritária de presença nacional.

A presença se faz com dois propósitos: um, muito nobre, visa à unidade e à coesão nacionais. Essa presença em todo o território é importantíssima porque somos a única instituição nacional permanente com esse tipo de presença. Hoje, temos até uma unidade em Tocantins, onde não tínhamos antes. E a movimentação dos oficiais também contribui para essa coesão, porque evita o exército regional, o exército local. O Exército tem esse âmbito nacional. Essa é uma das razões dessa presença.

A outra razão, vou dizer com toda sinceridade, é neutralizar essa ação contrária à instituição. Vocês falaram antes: “O Exército não é conhecido”. Não é verdade. Pode não ser conhecido nos grandes centros, particularmente em São Paulo, mas é muito conhecido no interior, onde é confiável. Qualquer problema que se tenha, como a distribuição de alimentos etc., cuja solução exija credibilidade, a certeza de que seja cumprido, o governo nos atribui essas tarefas. Se entregar alimentos naquelas prefeituras de interior para os outros distribuírem, serão desviados e distribuídos sempre no sentido político, especialmente no Nordeste, em particular, a minha área. Essa presença é importante porque estamos em contato com o povo. Abrir mais quartéis evitou aquilo que ocorria no passado: o desconhecimento, as desconfianças. E temos que abrir mais. Fizemos também várias campanhas, aqui no Rio, e fui até elogiado por um jornalista, o Villas-Bôas Corrêa, e pelo deputado Gabeira, com quem fiz a campanha “Verde no Verde”. Com o Exército participando, dá-se um sentido educativo para o soldado e, além disso, a imagem da instituição é beneficiada. Fizemos, também, uma campanha baseada numa outra que o Ziraldo fizera da água — limpamos até as cataratas do Iguazu. E isso beneficia não só a imagem: acho que temos que dar essa contribuição, pois a participação do Exército é possível em muitas áreas. Motivação e educação para o jovem, fazer com que participe mais da vida da comunidade. No interior de São Paulo e de Minas, onde não há unidades do Exército, existem os tiros-de-guerra, que são pequenas escolas de instrução militar, que visam muito mais à educação do jovem para o serviço na comunidade e não o afasta de sua área.

No final do governo Itamar, o sr. continuou no ministério.

No final do governo Itamar, em junho ou julho de 1994, resolvi me preparar para sair, porque acho que temos que saber o momento de encerrar. Eu tinha até um veleirinho, lá em Brasília, e o vendi. Arrependo-me até hoje, porque aquilo era uma higiene mental incrível. Era pequeno, tinha 7m, 23 pés, mas era uma grande distração. Uma ou duas vezes por mês, eu dava uma velejada ali no lago, quando tinha vento. Mas, no mês de agosto, senti, pelo jeito do presidente Fernando Henrique, que ele me convidaria se ganhasse as eleições. Eu me dou muito bem com ele, tenho um bom relacionamento.

Quando Fernando Henrique o convidou, deu alguma diretriz?

Não. Eu sabia que ele queria fazer o Ministério da Defesa, então disse: “Presidente, eu faria o seguinte: no convite aos outros ministros, o da Marinha, o da Aeronáutica e o chefe do Emfa, falaria, claramente, do desejo de criar o Ministério da Defesa”. Sou partidário do Ministério da Defesa, sempre fui, e disse ao presidente que me comprometeria com os novos ministros para criá-lo.

Isso são cogitações, mas creio que houve pressões para que ele criasse o ministério. Creio, com toda a franqueza, que houve pressões externas que podem até não ter influído, mas existiram. Mas o fato é que os americanos raciocinam como se todo o mundo, ao sul do Rio Grande, fosse igual. Então, o poder civil que eles imaginam pressupõe um ministro da Defesa civil. Essa é a idéia americana, não há dúvida. E eles raciocinam, desde o México até Chile e Argentina, da mesma maneira.

Embora tivéssemos uma subordinação — nunca se contestou a subordinação ao poder civil —, acho que houve uma pressão, exercida, do meu ponto de vista, através do Guido Di Tella, da Argentina. A Argentina diz que tem um relacionamento carnal com os Estados Unidos e ela fazia essa ponte. Uma outra pressão, talvez não muito efetiva, era a do Itamarati. O presidente foi ministro das Relações Exteriores, acha que o Itamarati é uma carreira em que as pessoas são bem formadas, bem selecionadas, do ponto de vista cultural, e é verdade. Ele tem inclusive um grupo de diplomatas que o cerca. Ele diz que as duas carreiras organizadas e que têm bons quadros são as Forças Armadas e o Itamarati.

Então, acredito que tenha havido uma pressão do Itamarati. Mas isso é um ponto de vista pessoal. Há um certo constrangimento deles em tratar com quatro ministros militares. Hoje em dia, Relações Exteriores e Defesa são muito próximos, como sempre foram, aliás, haja vista que, no reinado de d. João VI, os dois ministérios foram criados juntos.

Se o presidente Fernando Henrique assumiu já com a idéia de fazer o Ministério da Defesa, por que demorou quatro anos para criá-lo?

Para isso, vou ter que dizer algumas coisas que não gostaria. Com franqueza, nós fomos incompetentes em não estruturar esse ministério. Incompetentes, pelo seguinte: primeiro, o presidente quebrou a rotatividade do Emfa ao indicar para lá o Leonel, e isso constrangeu muito, pois ali se fazia um rodízio entre as forças. Seria a vez da Força Aérea. Segundo, pelo gênio do Leonel, pela sua maneira; ele quis criar o ministério sem conversar muito com as outras forças. O José Luiz, que hoje é o comandante militar do Leste, era o nosso representante na comissão, pois era o vice-chefe do Estado-Maior. Ele, durante dois anos, não participou de nenhuma reunião. O Leonel temia, também, a ação do Mauro César, que, no princípio, era frontalmente contra. Depois, aderiu. O presidente disse: “O almirante é muito inteligente, quando viu que eu queria mesmo fazer, aderiu”. Mas, no princípio, ele apresentou uma série de obstáculos, dificuldades. Então, havia essa desconfiança. Dizem eles que quando se mistura leite e abacate, nunca fica branco, fica verde. “Mas, então, põe o azul, que é neutro” — eu dizia assim, para não parecer que queríamos assumir a liderança. Depois, o Leonel ficou doente — ele tem uma doença grave, que começou há mais ou menos um ano. Quando quis retomar, já era um pouco tarde.

A Marinha também fez uma jogada. Achou que o âmbito da discussão era muito restrito, e o Mauro foi ao Palácio da Alvorada pedir ao presidente para passar a discussão ao Comitê de Defesa, cujo secretário era o Clóvis Carvalho. Entraram o Itamarati, a Casa Militar e a SAE. As discussões se prolongaram. Certa vez perguntei ao Clóvis Carvalho, na frente do presidente: “Quando você acredita que o Congresso terá aprovado o projeto de criação do ministério?” Ele disse: “No dia 31 de dezembro. Dia 1º de janeiro o Ministério da Defesa estará funcionando”. Eu disse: “Então, dia 31 de dezembro, vou sair”. Falei com o presidente e ele aceitou. Com isso, os outros vieram, só o Mauro reagiu um pouco.

Na comissão, acabou vencendo o projeto da Marinha?

Nós fizemos um projeto, que a Marinha perturbou um pouco, incluiu algumas coisas, que aceitamos. Fizemos esse trabalho, que não andou, mas podíamos ter feito isso em tempo para que começasse a funcionar a partir de 1º de janeiro. O presidente já havia escolhido o ministro, que, aliás, é uma figura interessante, homem com trânsito fácil, o Elcio Álvares.

O presidente consultou os militares sobre essa escolha?

Ele nos consultou alguma coisa e nós respondemos. Não vou entrar em detalhes, vocês me perdoem. Sobre o nome dele, o presidente apenas perguntou: “O que você acha?” Ele já tinha escolhido.

Na imprensa, algumas vezes se cogitaram nomes, falou-se no Antônio Carlos Magalhães, no Marco Maciel...

Dizia-se assim: “Para defender os interesses da força tem que ser alguém como o Antônio Carlos”, pois ele tem aquela sua maneira de ser. Talvez a imprensa tenha divulgado isso. Nós falamos, eu falei com o presidente sobre o Marco Maciel, pois ele queria um civil e tinha que ser alguém de prestígio, já que seria o primeiro ministro da Defesa. Nunca defendi a idéia de que tinha que ser um militar, mas acho que nessa transição deveria ter sido. Teria sido muito mais fácil. Mas o presidente já tinha decidido, não havia o que discutir. Nunca opinei.

Mas, neste caso, iria cair na questão: militar de que força?

Botava um da Aeronáutica, não haveria problema.

Da Marinha, não?

Não podia ser da Marinha, pois eu brinco, dizendo: a Marinha não é brasileira, é britânica. Eu dizia para o presidente: “É a Royal Navy. Ela está de costas para o Brasil”. Outro dia, vi uma entrevista muito interessante do Lars Grael, um conterrâneo do ministro Mauro, de Niterói, com a Marília Gabriela, sobre o problema do seu acidente.²⁸ Ele disse: “Não gosto de me meter nessas coisas, mas a Marinha podia voltar-se mais para a costa”. Realmente, é verdade. Políciam, às vezes, os barcos em Brasília, mas aparecem desastres incríveis na Amazônia, superlotação de navios. Aqui no litoral não há guarda costeira, mas nós do Exército estamos presentes no Brasil todo, fazemos uma espécie de guarda territorial. Tem-se que raciocinar em termos brasileiros, mas não em termos de projetar poder; não agora. Pode-se até fazer exercícios, vamos dizer, teóricos, mas não podemos ficar preocupados em projetar poder na África, garantir vias de navegação para suprimento de petróleo.

Isso tudo que estou dizendo a vocês, eu disse várias vezes para o Mauro, na presença de todos. E ainda continuo dizendo. Não levava para a imprensa, porque nunca mostramos dissensão. Ao contrário de outros

²⁸ O velejador Lars Grael teve uma perna amputada após ter sido atropelado por uma lancha dirigida por um motorista alcoolizado.

ministros que iam para a imprensa, nós guardamos sempre o princípio ético de discutir em salas fechadas e não gerar mais problemas para o presidente.

As pessoas na Marinha, não só o ministro Mauro, ficam muito chateadas com essa visão de que eles ficam voltados para fora. Também, por vezes, acham que o Exército se julga o “pai da pátria”.

Nós não nos julgamos bem assim. Mas nós e a Força Aérea Brasileira julgamos que estamos voltados para o Brasil, pensamos no país. A Força Aérea nos apóia e acho realmente que pensamos no país, enquanto o pessoal da Marinha, não. Por exemplo: exercício com a Otan. Podiam mandar observadores, mas levam uma esquadra daqui, aquela que deu aquele imenso problema por trazer aquele material que *O Globo* divulgou. Foram para a Otan, mas o material tinha sido comprado em Miami — rádios, equipamentos eletrônicos etc.

E a compra dos aviões A-4 do Kuwait, para o porta-aviões?

Compraram aquelas porcarias, para quê? O avião nem serve, nunca vai conseguir decolar. Pode até ser que consiga, mas pousar no aeródromo, não. Todas essas coisas que estou dizendo aqui, falei para o Mauro, para o grupo.

O sr. está se referindo a que grupo? Ao fórum ampliado para a discussão do Ministério da Defesa?

Sim. O Sebastião do Rêgo Barros, de vez em quando, substituía o ministro das Relações Exteriores porque era o secretário-geral do Itamarati. Ele substituía o Lampreia, porque o Lampreia viaja muito, por força do cargo que ocupa. O Sebastião achava engraçadas as minhas observações: não era briga, eram conversas, nesse tom que estou tendo aqui, com vocês. Enfim, o ambiente era muito agradável, pois o Clóvis é uma figura que conduz bem as reuniões, apesar de sua imagem. O retrato que dão do Clóvis é de um sujeito organizado, metódico. Ele é jesuíta, foi seminarista, qualquer coisa assim. Mas é uma figura agradável.

Desse Conselho saiu a proposta de criação do Ministério da Defesa que foi para o Congresso em 1998 e ainda [maio de 1999] não foi aprovada. O que houve?

É, porque aí veio o problema da crise econômica, a desvalorização, e o governo tinha outras prioridades. Primeiro foi criado apenas o cargo de ministro extraordinário, por medida provisória.

O sr. não está achando isso constrangedor, mal-acabado?

Constrangimento, para ele, Élcio, e para os ministros que estavam no cargo. Porque, quando esses ministros entraram, sabiam que seriam ministros episodicamente, por um curto período, e seriam depois comandantes de força. Mas, agora, está demorando tanto que eles estão ficando quase na minha situação. Essa foi uma das razões por que eu não quis ficar no ministério, pois, além do constrangimento que geraria para o próprio Élcio Álvares, eu mesmo ficaria constrangido. Logo que fosse criado o Ministério da Defesa, eu passaria a comandante da força, o que não tinha cabimento.

A imprensa, na época, divulgou que o sr. foi o primeiro a anunciar que estava saindo, e que isso seria uma demonstração da insatisfação dos ministros militares com a criação do Ministério da Defesa.

Não foi insatisfação. Apenas acho que, após seis anos, ficar ainda um período que eu não sabia de quanto seria não era recomendável. Estimava-se que se ficaria mais um mês para, depois, passar o cargo ao comandante da força. Então, resolvi sair, pois o Clóvis tinha me dito que no dia 1º de janeiro de 1999 o Ministério da Defesa funcionaria.

Mas o Congresso não aprovou. Por que, então, o presidente decidiu criá-lo por medida provisória?

Ele já tinha decidido, já tinha convidado o ministro. Acreditou no Clóvis, quer dizer, nos cálculos que ele fez, de que haveria uma medida provisória para resolver alguns pequenos problemas da criação e depois uma emenda constitucional, que independia da criação do ministério e que poderia ser feita *a posteriori*. Mas seria criado com uma medida provisória. Não sei, então, o que houve para resolverem seguir o trâmite normal.

Durante sua gestão, o presidente Fernando Henrique criou a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos. Aparentemente, o caso que mais mobilizou a opinião militar foi a indenização para a família do Lamarca.

É. Pequenas reações no público, vamos dizer, “semi-interno”, que, segundo o Leonel, é formado pelo pessoal da reserva. Eu dizia o seguinte: “O dinheiro não é do Exército, a decisão é do presidente, é uma decisão política, não nos afeta. Os nossos já estão apoiados”. Esse era o meu argumento. As famílias dos nossos combatentes que desapareceram já foram apoiadas porque tínhamos o controle disso. Nesse outro caso, era muito

mais difícil, porque ninguém enterra alguém, numa guerrilha na selva, e marca o ponto — era a região ao sul de Marabá chamada de Bico do Papagaio. Ninguém vai enterrar e pôr uma cruz, nem carregar aquela pessoa para identificar. Então, é muito difícil encontrá-las. Já foram feitas tentativas, mas pode sempre aparecer um ou outro ex-guerrilheiro que diga “enterraram aqui”, porém essas pessoas que combateram dificilmente serão encontradas.

Tenho um bom amigo que é ministro do Supremo e que foi presidente da OAB — o Maurício Correia, que está no Supremo atualmente. Foi ministro da Justiça, no tempo do Itamar, e tinha uma tremenda má vontade conosco. Hoje, é um grande amigo, gosta da gente, respeita. Uma vez, fizeram-lhe uma denúncia e ele foi lá. Depois, me disse: “Sabe o que havia lá? Devem ter feito um grande churrasco — tinha ossada de porco etc.” Então, é muito difícil localizar. Isso que dizem não está de acordo com a minha maneira de ser. Sinceramente, eu não abafava nada. Sempre joguei aberto, pode procurar, não encontrará nada.

Quando se estava na iminência de julgar o caso Lamarca, havia muita especulação na imprensa de que haveria manifestações de descontentamento dos militares — mas que, na realidade, ficaram limitadas ao pessoal da reserva e ao Clube Militar. O que teria mudado?

Não vou dizer que não tivesse havido descontentamento no Exército, mas não houve indisciplina nem manifestações. Não vou dizer que tenha sido tranqüilo, mas segurei. Não transpirou nada. Eu até estava no México, fui em missão oficial e recebia informações todo o tempo. Houve uma pequena reação no Rio, pois a guarnição daqui tem muita gente na reserva e ociosa. Eu atribuo, até, a nossa grande perda de empregos à abertura democrática, pois, naquela época, havia todas essas estatais e, mesmo com a privatização, havia muitos empregos nos serviços de informações, e as pessoas estavam mais ocupadas. Agora não têm muito o que fazer, e os vencimentos são baixos, gerando revolta. Eles ficam, com justa razão, revoltados porque não há reajustamento nos vencimentos e aproveitam essas pequenas coisas para demonstrarem seus sentimentos. Esse caso não tem repercussão para nós — qual é a repercussão que tem o Lamarca ser indenizado? Não tem. Para mim, não. Isso já é um fato do passado. Esses eram os meus argumentos.

O general Alberto Cardoso, quando se entrou na reta final do julgamento do caso, deu uma declaração de que os militares não iriam reagir. Mas ele mes-

mo comenta que foi um pouco arriscado, que não tinha certeza de qual seria a reação.

Ele sabia. Ele conhece a instituição a que serviu e ainda serve. Não houve quase nada. Claro, sempre vão existir alguns descontentes. Eu tive que conter alguns ânimos exaltados. Até de alguns generais, na época em posições de relevo.

O sr. não acha que a maneira como o Brasil fez a indenização do Lamarca e levou a questão dos desaparecidos foi boa? Tratou isso como uma questão do Estado, o que é uma forma de despolitizar o assunto. Mas os militares da reserva que reagiram tomaram-na como uma questão militar.

É verdade, vocês têm toda razão. Acho que foi bem conduzido, embora, em determinado momento, com todo o respeito pelo José Gregori, ele tenha sido infeliz em algumas declarações. O caso mais grave que tive foi o do general Fayad, porque é muito querido e ninguém acredita que ele tenha participado de torturas. Aquilo foi uma vingança de um tal de Tenório, do sindicato dos médicos. Esse caso, sim, me deu trabalho. E vai continuar dando trabalho, porque o Fayad é uma grande figura humana, médico conhecido, um homem puro, e não acredito que tenha participado de tortura. Não há como, basta olhar para ele. O José Gregori fez algumas declarações que geraram um ambiente desagradável dentro da força. Depois, corrigiu. Mas me deu muito trabalho. O Fayad foi absolvido, mas o conselho que o tinha cassado não quis lhe devolver o direito de clinicar.